



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Habeas Data n. 0009788-10.2011.8.17.0000 (0246826-4)

124,

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

Habeas Data n. 0009788-10.2011.8.17.0000 (0246826-4)

Impetrante: Sandro Ricardo da Cunha Moraes

Advogado: Sandro Ricardo da Cunha Moraes - OAB/PE n. 13.888

Impetrado: Secretário de Administração do Estado de Pernambuco e outro

RELATOR: DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

EMENTA. DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. HABEAS DATA. ARTIGO 5º, INCISO LXXII, DA CRFB. PRELIMINARES. ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM. SECRETÁRIO DE ESTADO. INFORMAÇÕES QUE PERCUTEM O MÉRITO DO WRIT. AUTORIDADE HIERARQUICAMENTE SUPERIOR AO INSTITUTO DE RECURSOS HUMANOS DE PERNAMBUCO - IRH-PE. ÓRGÃO VINCULADO À SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO. TEORIA DA ENCAMPAÇÃO. APLICABILIDADE. LEGITIMIDADE RECONHECIDA. COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA CONSTATADA. INTERESSE DE AGIR. COMPROVAÇÃO. PRESENÇA DE ATO OMISSIVO. RECALCITRÂNCIA NO FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES INERENTES AO IMPETRANTE. LEI N. 9.507 de 1997. RESISTÊNCIA INJUSTIFICÁVEL. CONDUTA OMISSIVA QUE REVELA RECUSA. POSSIBILIDADE. INTELIGÊNCIA DO ART. 8, PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO I, DA LEI DO HABEAS DATA. ORDEM CONCEDIDA. PRECEDENTES CITADOS.

1. A Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que, se a autoridade apontada como coatora, nas suas informações, não se limita a arguir sua ilegitimidade passiva defendendo o ato impugnado, aplica-se a Teoria da Encampação. Precedentes: STJ - AgRg no AREsp 273205 / MG. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2012/0264444-4. Relator(a) Ministro HERMAN BENJAMIN (1132). Órgão Julgador T2 - SEGUNDA TURMA. Data do Julgamento 04/06/2013. Data da Publicação/Fonte Dje 12/06/2013; STJ - AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.178.187 - RO (2010/0017279-1). RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ. Julg: 28.06.2011. Dje 01.08.2011.

2. *In casu*, houve a indicação conjunta do Secretário de Administração e do Presidente do IRH-PE. Restou provado que o impetrante requereu administrativamente o acesso às informações, que não lhe foi assegurado por ato omissivo. Apesar de devidamente notificado, o presidente do IRH deixou transcorrer o prazo *in albis*. Lado outro, o Secretário de Administração acabou percutindo o mérito do próprio writ, aduzindo que o acesso pretendido pelo impetrante seria inócuo. Desta feita, torna-se aplicável a teoria da encampação.

3. Com a incidência da teoria da encampação, resta infirmadas as preliminares de ilegitimidade passiva ad causam e incompetência absoluta do Juízo.

4. Desavém cogitar da ausência de interesse de agir, simplesmente considerando a inutilidade do acesso à informação. Quando se diz que o processo deve ser útil, devemos lembrar do seu escopo legal. No caso do Habeas Data, a finalidade é assegurar o acesso à informações inerentes ao



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Habeas Data n. 0009788-10.2011.8.17.0000 (0246826-4)

125.

impetrante, e/ou retificação de dados, dê que o indivíduo não prefira fazê-lo por meio de processo sigiloso. Inteligência da CRFB, art. 5º, inciso LXXII. Nesta senda, resta superada a preliminar de falta de Interesse. Precedentes: STJ – HD 210 / MA. HABEAS DATA 2010/0099951-8. Relator(a) Ministro HUMBERTO MARTINS (1130). Órgão Julgador S1 – PRIMEIRA SEÇÃO. Data do Julgamento 09/02/2011. Data da Publicação/Fonte DJe 18/02/2011; STJ – Resp 781969 / RJ. RECURSO ESPECIAL 2005/0153372-4. Relator(a) Ministro LUIZ FUX (1122). Órgão Julgador: T1 – PRIMEIRA TURMA. Data do Julgamento 08/05/2007.

5. Mérito. É ocioso discutir se o acesso à informação resultará em utilidade prática. O intuito real do *writ* é assegurar o acesso à informação e/ou retificação de dados. Estas revelam a utilidade processual da ação constitucional do Habeas Data, que será cabível quando restar configurada a resistência no acesso à informação, seja por ato comissivo ou omissivo, cf. STJ, RDA 178/82 e 178/83.

6. No caso refratado neste caderno processual houve um ato omissivo que constituiu verdadeira recusa ao acesso às informações, cf. art. 8º, parágrafo único, inciso I, da Lei n. 9.507 de 1997, vulnerando o direito do impetrante na garantia do acesso às informações prevista na CRFB, art. 5º, inciso LXXII.

7. Em que pese a ação do Habeas Data ser isenta de custas judiciais e taxas processuais, a gratuidade do referido remédio constitucional nada tem a ver com a condenação da parte vencida no pagamento de honorários advocatícios. Inteligência do art. 21 da lei do Habeas Data (n. 9.507/98). Neste sentido, condenou-se o Estado de Pernambuco no pagamento de honorários advocatícios no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), cf. CPC, art. 20, § 4º. Precedentes: STJ – AgRg no REsp 1084695 / RJ. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2008/0192244-6 Relator(a) Ministro FRANCISCO FALCÃO (1116). Órgão Julgador: T1 – PRIMEIRA TURMA. Data do Julgamento: 10/02/2009. Data da Publicação/Fonte. DJe 02/03/2009; STJ – Processo: REsp 1102478. Relator(a): Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA. Publicação: DJ 11/03/2011

8. Ordem de Habeas Data concedida à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados os autos, em que são partes as acima indicadas. Decide o GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO, à unanimidade, em rechaçar as preliminares de ilegitimidade passiva, Incompetência absoluta do Juízo e ausência do Interesse de agir do impetrante. No MÉRITO, CONCEDEU-SE A ORDEM DE HABEAS DATA, de sorte a assegurar o acesso às informações contidas no laudo médico que resultou na aposentadoria por invalidez do impetrante, tudo nos termos do voto e das inclusas notas taquigráficas, que ficam fazendo parte integrante do presente julgado.

Recife,

8.10.2013

*Jorge Américo Pereira de Lira*  
Desembargador JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Habeas Data n. 0009788-10.2011.8.17.0000 (0246826-4)

126

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

Habeas Data n. 0009788-10.2011.8.17.0000 (0246826-4)

Impetrante: Sandro Ricardo da Cunha Moraes

Advogado: Sandro Ricardo da Cunha Moraes - OAB/PE n. 13.888

Impetrado: Secretário de Administração do Estado de Pernambuco e outro

RELATOR: DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

RELATÓRIO

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA, RELATOR:

Vistos etc.

SANDRO RICARDO DA CUNHA MORAES, servidor público aposentado do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, impetrou o presente Habeas Data em face do SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO e do PRESIDENTE DO IRH-PE, visando ter acesso ao inteiro teor do laudo médico, do qual resultou a sua aposentadoria por invalidez.

Em síntese crítica, afirma ter requerido aposentadoria perante o Tribunal de Contas do Estado - TCE/PE, alegando problemas de saúde, derivados de acidente de trabalho e moléstia profissional (transtorno do pânico, fobia social evitativa de ambiente estressor, pavor noturno, neurastenia, transtorno depressivo ansioso etc.), todos incapacitantes por invalidez permanente ao exercício de função pública, inerente ao cargo que exercia, vide fl. 03.

Aduz ter recebido cópia do extrato 'resumido' do laudo médico, com supostos indícios "fraudulentos" de alienação mental. Afirma não ser portador de nenhuma doença mental, cf. fl. 03.

Para provar sua situação, requer cópia do seu prontuário médico, que está no DEMED do IRH-PE, comprovando que ingressou no serviço público com ótima saúde física e mental, que fora atestada pelo antigo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Pernambuco - IPSEP.

Requeru administrativamente a cópia do referido documento. Todavia, afirma que o setor competente vem protelando tal providência; passados mais de 15 (quinze) dias, sem que obtivesse nenhuma resposta.

Instados a se manifestarem, apenas o Secretário de Administração prestou informações. O Presidente do IRH, apesar de devidamente notificado, deixou transcorrer o prazo *in albis*.

1140

  
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Habeas Data n. 0009788-10.2011.8.17.0000 (0246826-4)

127.


Em suas conjecturas, o Secretário de Estado aviou nos autos a preliminar de ilegitimidade passiva para figurar no polo passivo deste *writ*, aduziu a preliminar de ausência de interesse de agir. Alfim, *en passant*, rebateu o mérito consignando que a pretensão inicial de nada serviria ao impetrante, pois consistiria em meras retificações em laudo médico, o que em nada mudaria a sua situação jurídica, pois já se encontra aposentado com proventos integrais, cf. fls. 75/85. Adunou documentos que repousam às fls. 86 *usque* 107.

A douta Procuradora de Justiça (MPPE), com assento neste Grupo de Câmaras de Direito Público, emitiu parecer, propugnando o deferimento da preliminar de ilegitimidade passiva do Secretário de Administração. Entendeu não assistir razão ao impetrado no que concerne à Preliminar de falta de interesse de agir. No mérito, defendeu a procedência do pedido.

Eis o relatório.

Peço a Inclusão do feito na pauta de julgamento, declinando-se data para apreciação do feito.

Recife, 04/07/2013.

  
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator.



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Habeas Data n. 0009788-10.2011.8.17.0000 (0246826-4)

128,

GRUPO DE CÂMARAS DE DIREITO PÚBLICO

Habeas Data n. 0009788-10.2011.8.17.0000 (0246826-4)

Impetrante: Sandro Ricardo da Cunha Moraes

Advogado: Sandro Ricardo da Cunha Moraes - OAB/PE n. 13.888

Impetrado: Secretário de Administração do Estado de Pernambuco e outro

RELATOR: DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA

VOTO

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR JORGE AMÉRICO PEREIRA DE LIRA, RELATOR:

1. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA E INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO:

Dos autos exsurge que o Secretário de Administração é autoridade hierarquicamente superior ao Instituto de Recursos Humanos - IRH/PE, e este é vinculado à Secretaria de Administração do Estado. Observe excerto de reportagem extraída do sítio eletrônico do IRH/PE:

O Instituto de Recursos Humanos do Estado de Pernambuco (IRH), órgão vinculado à Secretaria de Administração de Pernambuco (SAD) a partir desta segunda-feira (9) terá um novo presidente. O servidor de carreira da Polícia Civil, Manoel Carneiro substitui o secretário de Administração, Ricardo Dantas, que respondeu pela presidência do órgão interinamente nos últimos dez meses<sup>1</sup>.

Noutro giro, em que pese o Instituto de Recursos Humanos ter sido devidamente notificado, não houve apresentação de informações, o que entremostra mais ainda a vontade da autoridade coatora em recusar o acesso às informações constantes do laudo médico.

Nada obstante, é digno de registro que o Secretário de Administração do Estado ofereceu peça informativa que repousa às fls. 75/85. Em análise minudente da sua peça de resistência, depreende-se que apesar da defesa centrar-se em duas preliminares, e pugnar pela extinção do processo sem resolução do mérito (CPC, 267), a autoridade defendente acabou percutindo o mérito, ao passo que assentou:

<sup>1</sup> Notícias: IRH anuncia nova direção. Dia: 09.07.2012 - 18:16. Disponível em: [http://www2.irh.pe.gov.br/web/irh/exibir\\_noticia?groupid=19517&articleId=2666384&templateId=19630](http://www2.irh.pe.gov.br/web/irh/exibir_noticia?groupid=19517&articleId=2666384&templateId=19630). Acesso: 3 de julho de 2013.



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Habeas Data n. 0009788-10.2011.8.17.0000 (0246826-4)

129.

(...) não há quaisquer danos ou prejuízos suportados pelo fato de não ter sido (...) fornecido o laudo completo, uma vez que o mesmo afirma que recebeu "laudo simplificado", no qual se pode inferir o motivo da aposentação; c) a mera retificação de dados do autor no laudo, caso possível, não produziria nenhum efeito jurídico a mais em seu favor, do que, o que hoje, já se produz. Ora, assim sendo, requer o autor provimento judicial para meras retificações de dados no laudo médico, retificação essa que não lhe servirá de nada. (fl. 85).

Da leitura atenta do trecho acima eclipsado, podemos claramente observar que há percussão do próprio mérito do Habeas Data. Não podemos olvidar que a pretensão central, o bem da vida deste remédio constitucional, não é aferir eventual utilidade prática do acesso às informações ou retificação de dados, mas sim assegurar o próprio acesso e/ou retificação.

Portanto, ao passo em que o Secretário de Administração rebateu os fundamentos do mérito deste writ, entendo ser aplicável a teoria da encampação. Neste sentido, colham-se:

Ementa. TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. ICMS. TRANSFERÊNCIA DE MERCADORIA ENTRE ESTABELECIMENTOS DO MESMO TITULAR. VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 535 E 458 DO CPC NÃO CONFIGURADA. AUTORIDADE COATORA. LEGITIMIDADE. 1. Não se configura a violação ao art. 535 do Código de Processo Civil, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou a controvérsia, tal como lhe foi apresentada. Ademais, não assiste melhor sorte aos recorrentes, no que tange à alegação de ofensa ao artigo 458 do Código de Processo Civil, tendo em vista que o aresto impugnado se encontra devidamente fundamentado, tratando todos os pontos necessários à resolução do feito. 2. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que, se a autoridade apontada como coatora, nas suas informações, não se limita a arquir sua ilegitimidade passiva defendendo o ato impugnado, aplica-se a Teoria da Encampação. Assim, in casu, o Secretário de Fazenda do Estado possui legitimidade para figurar como autoridade coatora em Mandado de Segurança em que se discute incidência de ICMS sobre transferência de mercadorias entre estabelecimentos pertencentes ao mesmo contribuinte. 3. Agravo Regimental não provido<sup>2</sup>.

<sup>2</sup> STJ - AgRg no AREsp 273205 / MG. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL 2012/0264444-4. Relator(a) Ministro HERMAN BENJAMIN (1132). Órgão Julgador T2 - SEGUNDA TURMA. Data do Julgamento 04/06/2013. Data da Publicação/Fonte Dje 12/06/2013.



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Habeas Data n. 0009788-10.2011.8.17.0000 (0246826-4)

130<sub>r</sub>

Na mesma senda:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. TEORIA DA ENCAMPAÇÃO. INAPLICÁVEL. DISSENSO PRETORIANO NÃO VERIFICADO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N.º 83 DESTA CORTE. PRETENSÃO DE PREQUESTIONAR DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ESPECIAL. 1. A Teoria da Encampação somente pode ser aplicada quando, a despeito da indicação errônea da autoridade apontada como coatora, esta, ao prestar informações e sendo hierarquicamente superior, não se limita a alegar sua ilegitimidade, mas também defende o mérito do ato impugnado, encampando-o e, por via de consequência, tornando-se legitimada para figurar no pólo passivo da ação mandamental. 2. A esta Corte é vedada a análise de dispositivos constitucionais em sede de recurso especial, ainda que para fins de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência da Suprema Corte. Precedentes. 3 Agravo regimental desprovido<sup>3</sup>.

Portanto, o Secretário de Administração passa a ser competente para figurar no presente feito. Assim, rechaço às preliminares de ilegitimidade passiva e incompetência absoluta do juízo.

## 2. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR.

Desavém cogitar da falta de interesse de agir do impetrante. Pela simples leitura do artigo 5º, inciso LXXII, da CRFB/88, observa-se que a finalidade do Habeas Data é assegurar o acesso às informações relativas à pessoa do impetrante e propiciar a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso.

Art. 5º (*omissis*)

LXXII - conceder-se-á "habeas-data":

- a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público;
- b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo;

<sup>3</sup> STJ - AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº 1.178.187 - RO (2010/0017279-1). RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ. Julg: 28.06.2011. Dje 01.08.2011.



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Habeas Data n. 0009788-10.2011.8.17.0000 (0246826-4)

131

No sentido de entender legítima a impetração do Habeas Data para mera retificação de dados, já se posicionou a c. Corte de Uniformização da Legislação Infraconstitucional - STJ. É como se lê:

Ementa. HABEAS DATA. RETIFICAÇÃO DE DADOS. INEXISTÊNCIA DE PROVA DE RECUSA INJUSTIFICÁVEL. MATÉRIA QUE DEMANDA DILAÇÃO PROBATÓRIA. 1. É cabível Habeas Data para a retificação de dados constantes em registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, nos termos do art. 5º, LXXII, da Constituição Federal. 2. O impetrante deve demonstrar desde logo, com a propositura da ação, a incorreção dos dados constantes no registro do órgão competente. 3. In casu, não ficou demonstrado nos autos que a recusa do Ministério da Educação em alterar o endereço da Faculdade é injustificável. Ao contrário, consta nos autos inspeção feita pelo órgão governamental em que atesta o endereço real do impetrante. 4. Eventual discussão a respeito do correto endereço do impetrante, que não foi demonstrado de plano, deve ser feita pelo rito processual adequada. Ordem de "Habeas Data" denegada<sup>4</sup>.

No mesmo sentido:

Ementa. RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. HABEAS DATA. CABIMENTO. OBTENÇÃO DE CERTIDÃO JUNTO AO INSTITUTO MILITAR DE ENGENHARIA - IME. CONTAGEM PARA O BENEFÍCIO DO ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO. DIREITO À INFORMAÇÃO. ART. 5º, XXXIII, DA CARTA MAGNA DE 1.988. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. PLEITO QUE DEVE SER DEDUZIDO EM SEDE DE WRIT OF MANDAMUS. 1. A Constituição Federal prevê, em seu art. 5º, LXXII que conceder-se-á habeas data: a) para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público; b) para a retificação de dados, quando não se prefira fazê-lo por processo sigiloso, judicial ou administrativo. (...) 3. Sob esse enfoque, a ratio essendi do habeas data é assegurar, em favor da pessoa interessada, o exercício de pretensão jurídica que se distingue nos seguintes aspectos: a) direito ao acesso de registro; b) direito de retificação de registro e c) direito de complementação de registros. Portanto, o referido instrumento presta-se a impulsionar a jurisdição constitucional das liberdades, representando no plano institucional a mais eloqüente reação jurídica do Estado às

<sup>4</sup> STJ - HD 210 / MA. HABEAS DATA 2010/0099951-8. Relator(a) Ministro HUMBERTO MARTINS (1130). Órgão Julgador S1 - PRIMEIRA SEÇÃO. Data do Julgamento 09/02/2011. Data da Publicação/Fonte Dje 18/02/2011.





PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Habeas Data n. 0009788-10.2011.8.17.0000 (0246826-4)

132.

situações que lesem, de forma efetiva ou potencial, os direitos fundamentais do cidadão. 4. Embora o art. 5º, XXXIII, da Carta Magna de 1.988 tutele o direito à informação, de interesse particular ou coletivo, não se pode afirmar que o habeas data o resguarde. Deveras, o direito à informação abrange os mais variados temas, como, In casu, o direito de petição junto a Administração Pública; enquanto que o habeas data visa assegurar o acesso à informações pertinentes a própria pessoa do impetrante e desconhecidas pelo mesmo. Daí, exsurge a possibilidade de retificação, ou mesmo a exclusão, dos dados, obstando o seu uso indevido. Ademais, o habeas data é servil à garantir o acesso a banco de dados mantidos por entidades governamentais, aí incluídas as concessionárias, permissionários, exercentes de atividades autorizadas, órgãos de restrição ao crédito e até mesmo as empresas de colocação de profissionais no mercado de trabalho, tutelando o que parte da doutrina denomina liberdade informática. Nesse sentido é a doutrina administrativista pátria, que oportunamente se traz à baila: Não se pode dizer que ele constitua garantia do direito à informação previsto no artigo 52, inciso XXXIII, segundo o qual "todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular; ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado". Embora o dispositivo assegure o direito à informação de interesse particular ou de interesse coletivo, ele não se confunde com a informação protegida pelo habeas data, que é sempre relativa à pessoa do impetrante, com a particularidade de constar de banco ou registro de dados. O direito à informação, que se exerce na via administrativa, é mais amplo e pode referir-se a assuntos dos mais variados como o conteúdo de um parecer jurídico, de um laudo técnico, de uma informação constante do processo, de uma prova apresentada em concurso público, do depoimento de uma testemunha etc.; não se refere a dados sobre a própria pessoa do requerente; e pode ter por finalidade a defesa de um interesse particular; como, por exemplo, o exercício do direito de petição perante a própria Administração Pública, ou a defesa de um direito individual perante o Judiciário, ou de um interesse coletivo, como a defesa do patrimônio público. Já o habeas data, assegura o conhecimento de informações relativas à própria pessoa do impetrante; e o objetivo é sempre o de conhecer e retificar essas informações, quando errôneas, para evitar o seu uso indevido. (...) Esse é também o pensamento de Calmon Passos (1989:139): "no habeas data não se postula a certificação judicial do direito à informação. Esse direito, no tocante à própria pessoa do interessado, foi deferido constitucionalmente sem possibilidade de contestação ou restrição. Nenhuma exceção lhe foi posta, constitucionalmente. A respeito da própria pessoa, o direito à informação é livre de barreiras, inexistindo exceções que o limitem ou



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Perelra de Lira

Habeas Data n. 0009788-10.2011.8.17.0000 (0246826-4)

133  
r

excluem". (grifamos) (DI PIETRO, Maria, *Direito Administrativo*, Ed. Atlas, São Paulo, 2001, 13ª Edição, p. 615 e 616) O habeas data (art. 5º, LXXII) é um remédio constitucional que tem por objeto proteger a esfera íntima dos indivíduos contra: (a) usos abusivos de registros de dados pessoais coletados por meios fraudulentos, desleais ou ilícitos; (b) introdução nesses registros de dados sensíveis (assim chamados os de origem racial, opinião política, filosófica ou religiosa, filiação partidária e sindical, orientação sexual etc.); (c) conservação de dados falsos ou com fins diversos dos autorizados em lei. Firmín Morales Prats emprega a expressão habeas data ao lado de habeas scriptum e habeas mentem. Este último como expressão jurídica da intimidade. (...) Vê-se que o direito de conhecer e retificar os dados, assim como o de interpor o habeas data para fazer valer esse direito quando não espontaneamente prestado, é personalíssimo do titular dos dados, do impetrante que, no entanto, pode ser brasileiro ou estrangeiro. Mas uma decisão do ainda Tribunal Federal de Recursos (agora, STJ), em Plenário, admitiu que os herdeiros legítimos do morto ou se cônjuge supérstite poderão impetrar o writ. E uma decisão liberal que supera o entendimento meramente literal do texto, com justiça, pois não seria razoável que se continuasse a fazer uso ilegítimo e indevido dos dados do morto, afrontando sua memória, sem que houvesse meio de corrigenda adequado. O objeto do habeas data consiste em assegurar: (a) o direito de acesso e conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante/constantemente de registros ou bancos de dados de entidades governamentais e de entidades de caráter público; (b) o direito à retificação desses dados, importando isso em atualização, correção e até a supressão, quando incorretos. Em relação ao direito de retificação, o dispositivo constitucional faculta ao impetrante o processo sigiloso, Judicial ou administrativo, dando a entender que, se o processo for sigiloso, não será de habeas data, mas outra ação, o que não tem sentido algum. Nem serão necessários dois habeas datas para que uma mesma pessoa tome conhecimento dos dados e proponha sua retificação. Sustentar o contrário é pretender enquadrar instituto novo em velhos esquemas de um proceduralismo superado. (...). O habeas data, instituído como remédio constitucional no Brasil, responde, no plano do direito positivo, ao reclamo de Frosini e ao conteúdo básico, pensado por Firmín Morales Prats. Frosini: "A história jurídica da liberdade pessoal no mundo moderno se funda sobre o habeas corpus Act de 1679 [...] oposto à detenção ilegal. Pode-se dizer, com uma paráfrase de caráter metafórico, que na legislação dos Estados modernos se reclame hoje um habeas data, um reconhecimento do direito do cidadão de dispor dos próprios dados pessoais do mesmo modo que tem o direito de dispor livremente do próprio corpo". "(...)". (DA SILVA, José Afonso, *Curso de*



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Habeas Data n. 0009788-10.2011.8.17.0000 (0246826-4)

Direito Constitucional Positivo, Ed. Malheiros, São Paulo, 2004, 23ª Edição, p. 451 e 455)<sup>5</sup>

Sobressalta aos olhos que o impetrante ingressou com pedido administrativo, e que, somente passados mais de 15 (quinze) dias sem resposta, resolveu se movimentar para ingressar com a presente ação judicial.

Diz o art. 7º da Lei n. 9.507/97:

Art. 7º Conceder-se-á habeas data:

I - para assegurar o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante, constantes de registro ou banco de dados de entidades governamentais ou de caráter público;

A petição inicial encontra-se instruída com prova do decurso de mais de 10 (dez) dias sem decisão, cf. art. 8º, parágrafo único, inciso I, da Lei n. 9.507/97. Neste escorrito viés, entendo que há resistência das autoridades coatoras no fornecimento da informação (e/ou retificação de dados), assaz de supedanejar o manejo da via angusta do Habeas Data.

Amparando este entendimento, temos:

Para a interposição do Habeas Data deve estar representado o interesse de agir, que nessa hipótese, configura-se, processualmente, pela resistência oferecida pela entidade governamental ou de caráter público, detentora das informações pleiteadas<sup>6</sup>.

Nestes termos, resta superada a preliminar de falta de interesse.

### 3. MÉRITO

No que toca o *meritum causae*, entendo que a pretensão deve ser deferida. Explico.

É ocioso discutir se o acesso à informação resultará em utilidade prática. O intuito real deste *writ* é assegurar o acesso à informação e/ou retificação de dados. Estas revelam a utilidade processual da ação constitucional do Habeas Data, que será cabível quando restar configurada a

<sup>5</sup> STJ - REsp 781969 / RJ. RECURSO ESPECIAL 2005/0153372-4. Relator(a) Ministro LUIZ FUX (1122). Órgão Julgador: T1 - PRIMEIRA TURMA. Data do Julgamento 08/05/2007.

<sup>6</sup> STJ - HD 25-5/DF. Rel. Min. Anselmo Santiago, 3ª Seção, julg. 01.12.1994.

134



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Habeas Data n. 0009788-10.2011.8.17.0000 (0246826-4)

135

resistência no acesso à informação, seja por ato comissivo ou omissivo, cf. STJ, RDA 178/82 e 178/83<sup>7</sup>.

À vista destas ilações, é certo que há uma verdadeira recalcitrância no fornecimento das informações ao impetrante, cf. art. 8º, parágrafo único, inciso I, da Lei 9.507/1997. Observe-se:

Art. 8º A petição inicial, que deverá preencher os requisitos dos arts. 282 a 285 do Código de Processo Civil, será apresentada em duas vias, e os documentos que instruírem a primeira serão reproduzidos por cópia na segunda.

Parágrafo único. A petição inicial deverá ser instruída com prova:

I - da recusa ao acesso às informações ou do decurso de mais de dez dias sem decisão;

Pedro Lenza, em seu escólio, verbera:

A garantia constitucional do habeas data, regulamentada pela Lei n. 9.507, de 12.11.1997, destina-se a disciplinar o direito de acesso a informações, constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público, para o conhecimento ou retificação (tanto informações erradas como imprecisas, ou, apesar de corretas e verdadeiras, desatualizadas), todas referentes a dados pessoais, concernentes à pessoa do impetrante. (...) A sutileza da primeira distinção foi muito bem apreendida por Michel Temer: "O habeas data também não pode ser confundido com o direito à obtenção de certidões em repartições públicas. Ao pleitear certidão, o solicitante deve demonstrar que o faz para defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal (art. 5.º, XXXIV, 'b'). No habeas data basta o simples desejo de conhecer as informações relativas à sua pessoa, independentemente da demonstração de que elas se prestarão à defesa de direitos (TEMER, Michel. Elementos de direito constitucional, p. 212.)<sup>8</sup>.

No assim ser, com lastro no art. 7º, inciso I, da Lei n. 9.507 de 1997, VOTO pela concessão da ordem de Habeas Data, no sentido de assegurar ao Impetrante o acesso às informações, devendo-se juntar ao presente processo cópia do laudo médico que resultou na sua aposentadoria

<sup>7</sup> Ainda neste sentido: RDA 178/83-mv; RDA 178/88; RSTJ 3/901-mv; RSTJ 2/463-mv; RSTJ 2/474-mv.

<sup>8</sup> LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 16ª ed. rev. atual e ampl. - São Paulo: Saraiva, 2012, p. 1.056.



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Habeas Data n. 0009788-10.2011.8.17.0000 (0246826-4)

136,

por invalidez, assegurando-se, por consequência, as eventuais retificações que se fizerem devidas, a serem requeridas na via administrativa.

Em que pese a ação de Habeas Data ser ação gratuita, cf. art. 21 da Lei n. 9.507 de 1997, seus benefícios são restritos às custas judiciais e taxas processuais. A lei silenciou quanto à imunidade na fixação de honorários de advogado. Ora, ao meu ver, a gratuidade da ação nada tem a ver com a condenação em honorários de advogado.

Agasalhando esta ideia, colha-se o judicioso aresto do c. STJ:

Ementa. PROCESSUAL CIVIL. HABEAS DATA. CONDENACÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ARTIGO 21 DA LEI N. 9507/97. GARANTIA DE ACESSO À INFORMAÇÃO. GRATUIDADE DE CUSTAS E TAXAS. RECURSO ESPECIAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 284/STF. I - A norma federal que se diz afrontada não trata da fixação de honorários advocatícios. Diversamente, diz serem "gratuitos o procedimento administrativo para acesso a informações e retificação de dados e para anotação de justificação, bem como a ação de habeas data". Noutras palavras, é norma que garante o acesso do cidadão à informação, nada tendo a ver diretamente com os efeitos de uma condenação. II - Enfim, de se relevar que mesmo o texto doutrinário trazido à colação pelo agravante diz que "a gratuidade a que se refere o art. 21 diz respeito exclusivamente às custas e taxas (...)", que não se confundem com ônus sucumbenciais. III - Assim sendo, aplica-se a Súmula n. 284/STF, na espécie. IV - Agravo regimental improvido<sup>9</sup>.

Ainda neste sentido:

(...) AGRAVO INTERNO. HABEAS DATA. REMÉDIO CONSTITUCIONAL QUE TEM POR FINALIDADE ASSEGURAR AO IMPETRANTE ACESSO A INFORMAÇÕES A SEU RESPEITO EM BANCO DE DADOS DE CARÁTER PÚBLICO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE RECUSA AO FORNECIMENTO DAS INFORMAÇÕES. SENTENÇA QUE REJEITA A ORDEM. CONDENACÃO EM DESPESAS PROCESSUAIS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. REFORMA PARCIAL DO JULGADO. GRATUIDADE DA AÇÃO DE HABEAS DATA PREVISTA CONSTITUCIONALMENTE. INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA A EXCLUSÃO DOS HONORÁRIOS. REDUÇÃO DA VERBA PARA ADEQUAÇÃO AO PRINCÍPIO DA RAZOABILIDADE. MANUTENÇÃO DA DECISÃO. DESPROVIMENTO DO RECURSO (...) (STJ - Processo: REsp

<sup>9</sup> STJ - AgRg no REsp 1084695 / RJ. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL 2008/0192244-6 Relator(a) Ministro FRANCISCO FALCÃO (1116). Órgão Julgador: T1 - PRIMEIRA TURMA. Data do Julgamento: 10/02/2009. Data da Publicação/Fonte. DJe 02/03/2009.



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira

Habeas Data n. 0009788-10.2011.8.17.0000 (0246826-4)

1102478. Relator(a): Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA. Publicação: DJ 11/03/2011).

Forte nos precedentes acima, CONDENO o Estado de Pernambuco (Secretaria de Administração e IRH-PE) no pagamento de honorários advocatícios, fixando-o no valor nominal de R\$ 1.000,00 (mil reais), cf. CPC, art. 20, § 4º. Sem custas, tendo em vista a gratuidade da ação.

Recife, 8.10.2013

*Jorge Américo Pereira de Lira*  
Desembargador Jorge Américo Pereira de Lira  
Relator.